

# CONTOS PARA CONTAR

## ACHEGAS PARA A SUA CLASSIFICAÇÃO

POR JOÃO COSTA LOPES

Se eu tivesse o prazer de conhecer pessoalmente o nosso consócio Exmo. Sr. Paulo Ferreira de Lemos certamente que não haveria necessidade de ser eu a vir apresentar estas achegas, pois que teríamos naturalmente ocasião de em conversa debatermos os pontos que abaixo foco, e que parece escaparam à sagacidade do erudito autor do artigo «Contos para Contar» publicado na nossa revista em Agosto de 1955. O ilustre numismata aproveitaria, se assim o entendesse, o resultado dessas conversas ou debates para qualquer futura revisão que viesse a fazer na catalogação que publicou na NVMMVS. Mas como o assunto é realmente de interesse, e o próprio Sr. Ferreira de Lemos admite ser muito contingente a actual classificação dos Contos e ser ainda hoje impossível assegurar a posição cronológica de vários que menciona, especificadamente aqueles que atribuiu ao final do reinado de D. João II, abalancei-me a vir aqui fazer sobre estes algumas observações pertinentes, tudo evidentemente com a finalidade de irmos melhorando a presente classificação.

Infelizmente não tenho sobre os Contos para Contar os conhecimentos básicos necessários para poder esclarecer já de entrada um ponto de importância capital; resta-me a consolação de verificar que sobre ele parece não existirem certezas, pois vejo o próprio Sr. Ferreira de Lemos escrever que os Contos «na sua maioria não foram batidos ou fundidos com o nome do rei e poderiam até ter sido executados para e por particulares».

A minha impressão pessoal é de que em Portugal, e nessa época de D. João II e D. Manuel, seria apenas o Rei que emitia Contos para Contar, e que era portanto a Coroa que ordenava a sua fabricação, e escolhia é claro a sua ornamentação, quer esta constasse das próprias armas reais, quer fosse a Cruz de Cristo ou até o próprio emblema pessoal do Rei — mas tudo, é claro, de forma a que aquelas peças não viessem a confundir-se com a moeda corrente. É contudo de acreditar que o seu fabrico não fosse muito cuidado, pois apresentam variadíssimos erros, o que também nos leva a supor que

aqueles Contos tivessem em grande parte sido fundidos no estrangeiro, Nuremberg, ou outro local.

Por outro lado, é na realidade muito difícil de admitir que naqueles tempos um particular mandasse bater ou fundir Contos com as armas reais, as quais só o Rei podia usar, inteiras e sem diferença, como diz a Ordenação. É inconcebível que outro particular os mandasse fazer com o emblema privativo do monarca. Tudo leva pois a concluir que este é que mandasse ornamentar os *seus* Contos com a *sua* «divisa»; e assim, os exemplares de D. Afonso V ostentam o seu rodízio, os de D. João II o seu pelicano, os de D. Manuel a sua Esfera do Mundo, ou Esfera Dourada, como ficou sendo conhecida.

Baseada nestes factos, a classificação de todos os Contos que ostentam a Esfera Manuelina só pode ser a de que são todos dos reinados de D. Manuel e posteriores, mas nunca do reinado de D. João II.

Vejamos porquê.

Antes de mais nada convém fixarmos ideias sobre o que era exactamente a Esfera Dourada de D. Manuel. Acerca dela, da sua origem, do seu uso e do seu simbolismo, tenho em preparação um trabalho para publicar, de onde agora vou respigar os tópicos de maior interesse para o nosso caso.

Como é sabido, foi hábito generalizado entre os príncipes da dinastia de Aviz escolherem para seu uso um emblema pessoal, a que naqueles tempos chamavam «divisa». E assim por exemplo vemos, além das já citadas, que o infante D. Pedro usou a balança, a rainha D. Leonor mulher de D. João II, o camaroeiro, o infante D. Fernando filho do Rei D. Manuel a «árvore da vida» ou *salus vitæ*, etc...

É através das crónicas dos reinados de D. João II e de D. Manuel que ficamos a saber que este não foi quem escolheu o seu emblema pessoal; foi D. João II que, em 1482, e ao mesmo tempo que lhe pôs casa, deu a seu jovem primo e cunhado, então apenas com cerca de 12 ou 13 anos de idade, a «divisa» que para ele destinara — a Esfera do Mundo — aquela esfera simbólica pela qual «os mathematicos (ou seja os astrónomos) representavam toda a machina dos ceus e da Terra», como diz Damião de Goes na sua crónica. Esta Esfera representava portanto o sistema do Universo em uso desde Cláudio Ptolomeu, o célebre matemático e astrónomo grego que viveu em Alexandria no século II e que, aperfeiçoando os conhecimentos de outros notáveis sábios cosmógrafos anteriores, fixara um sistema cosmológico que tinha a Terra como centro, e, girando em volta dela em círculos, o Sol, a Lua, os Planetas e as Estrelas. Este sistema só foi substituído no século XVI pela nova teoria cosmológica de um Sol central, ou seja o sistema héliocêntrico

de Copérnico (1473-1543), o notabilíssimo astrónomo polaco que, depois de morto, e com a publicação dos seus trabalhos, veio revolucionar a ciência astronómica, desbancando uma teoria «sólida» e velha de quasi 2000 anos!

Esse Cosmos idealizado pelos sábios da antiga Grécia era pois simbolizado por uma Esfera convencional formada por grandes aneis, ou armilas, representativos dos principais círculos dos céus, do movimento do Sol à volta da Terra, e das diferentes zonas em que esta ficava dividida. Essa Esfera compunha-se essencialmente do seguinte: Quatro aneis maiores e do mesmo diâmetro: Sendo dois com os seus planos em ângulo recto, criando assim quatro meridianos; um anel equinocial representando o Equador; com o mesmo centro deste último e formando um ângulo de  $23^{\circ}$  e  $30'$  com ele, outro anel — a eclíptica — representativa do movimento anual do Sol em volta da Terra. Atravessando interiormente a Esfera assim formada por estas armilas, e com os extremos nos dois pontos da intersecção dos meridianos, corre um eixo perpendicular ao plano do Equador, e que depois de atravessar uma pequena Terra central, marca na parte superior da Esfera o polo Norte, e no extremo oposto o polo Sul. Há mais quatro aneis menores, paralelos ao Equador: dois são os trópicos de Câncer (ao Norte) e de Capricórnio (ao Sul), os quais limitam a zona compreendida entre as declinações máximas do Sol nos solstícios do Verão e do Inverno, e os outros dois formando os círculos polares. Ártico ao Norte, e Antártico ao Sul, os quais são desenhados numa hipotética superfície interior da Esfera pelos extremos do eixo da eclíptica no seu movimento anual.

O nome desta construção convencional era nos séculos XV e XVI grafado *Esphera*, *Sphera*, ou simplesmente *Spera*, por ser esta certamente uma das pronúncias de então, se é que não era a normal. E foi essa sem dúvida a razão de D. Manuel ter à sua «divisa» acrescentado uma ou outra «tenção», cuja letra variou, mas de que as versões mais conhecidas foram: *SPERA IN DEO*, *SPERA IN DEO ET FAC BONITATEN*, *IN TE DOMINE SPES MEA*, ou simplesmente *SPERO*, ou só *IN DEO*.

Baseados neste mesmo sistema geocêntrico de um Cosmos esférico, existiam vários aparelhos afins, também formados por armilas, mas graduadas, que serviam para a observação dos astros, medindo a sua altura acima do horizonte, e resolvendo outros problemas. Por isto mesmo algumas destas armilas tinham orifícios para a passagem da luz do Sol e obtenção da hora local; outras apresentavam réguas visoras, ou alidades, para a obtenção da latitude, etc. Esses aparelhos iam desde o formado por um simples anel graduado interiormente e com o tal orifício para a passagem da luz solar, até ao complexo «*meteoroskopion*» dos gregos e que servia para resolver vários

cálculos de astronomia; passando por outros instrumentos ou modelos intermédios formados por duas, três ou quatro armilas, e destinados, por exemplo, à leitura da altura do Sol e outros astros, conhecimento da hora e latitude locais, passagem dos equinócios, etc. Estas Esferas mais simples foram provavelmente as precursoras dos instrumentos de observação mais especializados, como o astrolábio redondo, e é certamente deste que descende a Esfera Armilar de estudo, que nos vem, com a presente forma, dos modelos com mais larga expansão nos séculos XVII e XVIII.

O Sr. Ferreira de Lemos caíu inadvertidamente num lapso ao confundir o globo de Nuremberg (que é um globo terrestre), ou o astrolábio aplicado à navegação (que é um instrumento para medir alturas solares e obter latitudes), com a Esfera Dourada de D. Manuel (que é uma concepção convencional do Universo ptolomaico).

Diz-nos no seu artigo que o motivo de discordar de que os Contos que apresentam a Esfera sejam todos batidos ou fundidos no reinado de D. Manuel ou posteriormente, é pelo facto de já muito antes ser conhecida a representação da Esfera (o que é verdade, pois já o era há mais de 1500 anos), e porque já no tempo de D. João II a esfera era um símbolo de realeza (o que não é verdade); e baseia essas afirmações em duas citações, uma da «História de Portugal» de Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895), e outra de Manuel Severim de Faria (1583-1655). Mas estas citações são ambas irrelevantes, e não demonstram o que pretende.

Com efeito, quanto ao primeiro, pode-se hoje afirmar que os conhecimentos de história de Manuel Pinheiro Chagas estão há muito ultrapassados. E Martim Behaim não inventou qualquer aplicação do astrolábio à navegação; nem o seu famoso globo de Nuremberg tem nada que ver com a Esfera Manuelina, visto aquele ser um simples globo terrestre, como já vimos. E se é verdade que a representação da Esfera já era conhecida antes de D. Manuel, não o era como sua «divisa» pessoal, e só como tal é que aparece às centenas durante o seu reinado, incluindo nos Contos para Contar.

A citação que o Sr. Ferreira de Lemos faz das palavras de Manuel Severim de Faria é certamente devida a lapso de pena, ou por não ter reparado que o que aquele escritor diz não se refere à existência da Esfera como símbolo de realeza. Nunca o foi, de resto. No tempo de D. Manuel, ou, para sermos precisos, no tempo em que D. João II lhe escolheu a «divisa», a Esfera simbolizava aquilo que era — o Universo, os céus de Deus, o Deus dos céus — o que aliás é confirmado pelas várias versões da «tenção» manuelina que já lá atrás citamos e que frequentemente acompanhavam a representação da Esfera Dourada em iluminuras e livros.

Quanto à afirmação de Manuel Severim de Faria de que D. João II dera a D. Manuel a «Esfera em prognostico da Coroa», é pura fantasia, dele e dos outros cronistas, e repetida posteriormente por muito boa gente... que se esqueceu da cronologia. Vejamos. Quando em 1482 o Príncipe Perfeito põe casa e escolhe a «divisa» para D. Manuel, este era, como se sabe, um simples jovem primo do Rei com cerca de 13 anos de idade, o filho mais novo do Infante D. Fernando (filho segundo do Rei D. Duarte). D. Manuel em 1482 tinha vivo um irmão mais velho, D. Diogo, Duque de Viseu, e que veio a ter morte violenta de todos conhecida, em Agosto de 1484. E em 1482 era igualmente vivo, e foi vários anos, o único filho legítimo de D. João II, o seu querido D. Afonso, o príncipe herdeiro, pois só veio a finir-se daquela desastrosa queda de cavalo na Ribeira de Santarém 9 anos depois. Parece portanto absurdo estar a pensar que D. João II, com o filho vivo, e com D. Diogo vivo, ambos à frente de D. Manuel na sucessão da Coroa, estivesse a promettê-la a este primo em 1482! O que a Esfera lhe podia prometer era o Céu, e não outra coisa.

A Esfera Dourada do Rei Venturoso veio depois, mais tarde, a ter para nós Portugueses outro significado — o da nossa expansão além-mar, o do nosso Império Ultramarino. Tudo isto nascido da enorme divulgação que a Esfera teve com as navegações, as conquistas e a ocupação de tantos territórios pelas cinco partes do Mundo durante o reinado do Felicíssimo.

Antes de terminar é justo acrescentarmos que a minha convicção de que todos os Contos com a Esfera, ou são do reinado de D. Manuel ou posteriores, e nunca anteriores, pode ficar prejudicada se vier a provar-se que D. Manuel usou desses Contos como simples Duque de Beja e antes de ser Rei. O que não parece nada provável. Há vários Contos com a Esfera no anverso e que ostentam as armas de Portugal no reverso, mas estas sempre sem a diferença heráldica que o Duque de Beja usou e que era: Sobre as armas do Reino um lambel de dois pendentés carregados com as armas franxadas de Aragão e Sicília, como por exemplo se poderá ver na igreja de S. Tiago de Soure e noutros locais. E que D. João II em sua vida pudesse consentir na cunhagem de Contos em que as armas de D. Manuel Duque de Beja figurassem tal e qual como as dele Rei, isto é, sem diferença, é outra hipótese muito difícil de admitir, ele que era tão cioso da sua autoridade e das prerogativas reais, e que tantos conflitos teve causados por isso mesmo! E também não parece concebível que D. João II, que até quase à morte hesitou em nomear sucessor da Coroa o já então seu legítimo herdeiro D. Manuel, em favor do seu filho natural, o Sr. D. Jorge Duque de Coimbra, fosse já anos antes, e repetimos, ainda em vida do Príncipe D. Afonso, nem prometer a

Coroa a D. Manuel, nem tampouco consentir-lhe liberdades percursoras do poder. Olha quem!

Assentemos pois que os Contos que ostentam a Esfera não podem ser do reinado de D. João II; são todos do tempo de D. Manuel, ou posteriores. E também posteriores, porque? porque sucedeu com esse emblema pessoal do Rei Venturoso o que ainda não tinha acontecido com nenhum outro: Dada a sua enorme expansão nesse reinado, adquiriu insensível e gradualmente um carácter nacional e um significado ultramarino que nunca mais perdeu. De emblema particular passou a público, continuando a ser mais ou menos usado nos reinados seguintes em quase todas as nossas possessões e províncias ultramarinas, e mais raramente aqui na Metrópole. Caso semelhante sucedera já com a bordadura dos castelos nas armas reais, que em tal se tornaram depois de terem sido as armas pessoais diferenciadas de D. Afonso III quando ainda filho segundo e apenas Conde de Bolonha em França. E coisa parecida aconteceu com a cruz do Mestre de Avis, que ainda figurou nas armas reais de Portugal por mais três reinados depois da morte de D. João I, ou seja até ao tempo de D. João II em 1485, ano em que este Rei «ordenou» o brasão régio pela maneira que perdurou até ao final da Monarquia, e da mesma forma que continuou desde 1910 em deante a figurar na nova bandeira da República Portuguesa — o velho escudo das armas do Portugal Continental sobre a Esfera Armilar manuelina do Portugal Ultramarino.